



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS SANTA TERESA

Rodovia ES-080, Km 93 – Distrito São João de Petrópolis – 29660-000 – Santa Teresa – ES

27 3259-7878

ATA N° 004-2018-CG

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho de Gestão do Campus Santa Teresa, às 15h50min, no Auditório I, localizado no Prédio Pedagógico do Campus Santa Teresa, situado na Rodovia ES-080, Km 93, Distrito de São João de Petrópolis, Santa Teresa – ES para a Segunda Reunião Extraordinária do corrente ano. A reunião foi convocada nos termos do Ofício Circular n° 04/2018/CG, de vinte e oito de maio de dois mil e dezoito, assinado pela Presidente do Conselho de Gestão, Senhora Walkyria Barcelos Sperandio, a qual contou com a presença dos conselheiros: Walkyria Barcelos Sperandio, Milson Lopes de Oliveira, Charles Moreto, Élcio das Graça Lacerda, Juliana Mezzomo Flores, Ana Carla Gujanwski Ferreira, Hediberto Nei Matiello, Edna Nunes da Silva, Antonio Resende Fernandes, Leonardo Silva Moraes, Jardel Monteiro de Sousa, Adrielli Ramos Locatelli, Tiago Dalapícola, Leonardo de Souza Rocha, Maycon Guedes Cordeiro. A Presidente iniciou a reunião e após os cumprimentos, realizou a apuração do quórum. Justificou a ausência dos conselheiros Alessandra Peroni e Marcelo Monteiro dos Santos em razão de licença médica. Por haver estudantes presentes, solicitou que se manifestassem quanto à intenção de participar da reunião, ao que se manifestaram os estudantes: Emanuel Loss Dias, vice presidente do Centro Acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Lucas Constantino da Conceição, representante do Colegiado do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Kallep Dumor Ahmed Barbar Habib Mansur, membro do corpo discente do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Michel Marçal Rodrigues de Lima, vice-diretor do Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e Amanda Rodrigues Cardoso, tesoureira do Centro Acadêmico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. A Presidente submeteu a participação dos estudantes como ouvintes aos conselheiros, que concordaram em unanimidade. Esclareceu a existência de um protocolo para participação nas reuniões do Conselho de Gestão e solicitou que, em uma próxima ocasião, os estudantes solicitassem formalmente sua intenção. **Primeiro ponto de pauta - Aprovação de diretrizes institucionais referentes à Política de Assistência Estudantil:** a Presidente apresentou o histórico das discussões realizadas referentes à definição das diretrizes da política de Assistência Estudantil do Ifes Campus Santa Teresa, registrado no processo n° 23156.000511/2018-91, de 29/05/2018: reuniões do orçamento participativo, reuniões realizadas com os estudantes dos cursos superiores e técnicos, reunião geral com todos os servidores do campus, bem como com os pais por ocasião do Dia da Família na Escola, ocorrida em cinco de maio do corrente ano, seguido das reuniões com o Comitê Gestor da Política de Assistência Estudantil e Comissão Multidisciplinar (composta por estudantes dos Cursos Técnicos e Superiores, pais e gestão), com o objetivo de discutir alternativas para adequar o atendimento via benefícios de assistência ao recurso disponível. Frisou que todas as discussões foram realizadas buscando incluir o máximo de alunos, com divulgação na capa do sítio do campus, para que todos se inteirassem do assunto, buscassem contribuir com a proposição de ações, visando não tomar a decisão de cima para baixo. Citou a manifestação recebida pela Ouvidoria do Ifes no dia vinte e seis de março do corrente ano, a qual questionava o fato do campus Santa Teresa não ter publicado edital de auxílio até aquela data, a qual foi respondida através do Processo n° 23156.000303/2018-91, de 28/03/2018, e esclareceu que dos programas primários, o campus estava arcando com o auxílio alimentação, o auxílio transporte e o auxílio moradia, através da disponibilização de vagas de internato. Apresentou aos conselheiros e estudantes presentes o processo 23156.000374/2018-94, de 17/04/2018, que trata de solicitação do Centro Acadêmico Magno Pires do Amaral (Curso de Agronomia) sobre os procedimentos adotados pela Direção Geral com relação à Política de Assistência Estudantil, e o processo n° 23156.000512/2018-35, de 29/05/2018, que trata de uma carta aberta do mesmo Centro Acadêmico e requerimento de toda documentação (planilhas, recibos e afins) os quais serviram de base para a elaboração da proposta da mudança de diretrizes institucionais referentes à Política de Assistência Estudantil. Indicou que essa carta aberta foi amplamente divulgada pelos estudantes e acompanhada de um vídeo encaminhado para um Deputado Federal, que imediatamente questionou a Reitoria sobre as

ações. Informou que a gestão, na intenção de diminuir o impacto no orçamento da Instituição, negociou com o restaurante o preço da alimentação e houve uma pequena redução, além disso, houve negociação para que o mesmo adquirisse o excedente da produção da fazenda para abater no pagamento da nota fiscal, em princípio leite e ovos, e apresentou ao Conselho as alterações que foram acordadas nas reuniões com as representações estudantis. Jardel Monteiro de Sousa questionou o valor gasto com o aluno interno, e manifestou que a proposição de manter dez por cento do número de subsidiados com base no cenário voltado a dois mil e dezessete dava um cenário favorável a agronomia, mas com base nos dados de dois mil e dezoito o valor não atendia. A Presidente esclareceu que, de acordo com a matriz orçamentária do ano de dois mil e dezoito, o valor de R\$ 1.015.841,01 (um milhão, quinze mil, oitocentos e quarenta e um reais e um centavo) viria para o aluno RIP (Regime de Internato Pleno) e que nas discussões coletivas ficou acordado manter cinquenta estudantes isentos e cento e dez subsidiados, que seria praticamente a mesma quantidade que tem usufruído do benefício atualmente, porém com a definição de editais para beneficiar quem realmente estivesse em situação de vulnerabilidade, uma vez que os valores da assistência estudantil seriam para esse fim. Passou a palavra ao membro Milson Lopes de Oliveira que apresentou o impacto financeiro das mudanças pretendidas. A Presidente indicou que mesmo com a redução proposta, precisaria retirar parte do custeio para cobrir a assistência estudantil e que seriam necessárias novas discussões no próximo ano, mas que esse era o primeiro passo. Houve manifestações dos estudantes, as mesmas foram recepcionadas pelos membros do Conselho que tiveram oportunidade de contra-argumentar e também aceitar as ponderações e sugestões. Antonio Resende Fernandes questionou como seria a distribuição das vagas dos alojamentos entre cursos diurnos e noturnos, sobre o que o estudante do turno noturno faria durante o dia no campus e manifestou sua preocupação com a atratividade dos cursos de Biologia e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, uma vez que existe muita concorrência no entorno. A presidente esclareceu que não deveria haver distinção de turnos no edital, que o fator preponderante seria a vulnerabilidade do estudante e não o curso e caso fosse contemplado o aluno do noturno, durante o dia este teria um turno para dedicação ao estudo e em outro poderia ser convidado a colaborar em algum setor da escola, de forma voluntária. Quanto à preocupação com os cursos, afirmou que a assistência teria como finalidade a garantia da permanência do aluno na escola. Charles Moreto indicou a possibilidade de esses cursos terem mais alunos vulneráveis e por isso evadirem e Antonio Resende Fernandes manifestou a importância de levar essas definições para os alunos. Milson Lopes de Oliveira parabenizou aos alunos presentes pela iniciativa de participar da reunião e manifestou entender a necessidade de aprovação das diretrizes, indicou a probabilidade de no próximo ano o recurso ser ainda menor e sugeriu tomar a decisão, revendo-a se necessário. Juliana Mezzomo Flores registrou a necessidade de se entender enquanto comunidade escolar, relatou haver um clima pós-eleitoral que tem prejudicado o andamento das ações e salientou a necessidade de união e ajuda mútua, de comunicar e pensar junto. Leonardo de Souza Rocha manifestou a importância da elaboração de edital com normas claras sobre a vulnerabilidade social, divulgando-o o mais rápido possível. Antonio Resende Fernandes declarou que não é contra o edital, mas entende haver necessidade de mais diálogo entre o campus e as outras antigas agrotécnicas na busca de soluções, avançar um pouco mais e apresentar essas razões no coletivo. Leonardo Silva Moraes indicou ter trabalhado no Campus Itapina, relatou que seriam realidades distintas e sugeriu que a análise da vulnerabilidade fosse realizada também para os alunos do Ensino Médio. Ana Carla Gujanwski Ferreira informou que os alunos que foram selecionados para o regime de internato já teriam passado por um edital que contemplava alguns serviços atrelados, mas que para os alunos do semi-internato poderia se pensar em avaliar a vulnerabilidade, sugeriu registrar a proposta em ata e estudar essa possibilidade futuramente. Charles Moreto manifestou-se a favor da mudança das diretrizes, justificou que teria aula às 18h e ausentou-se da reunião às 17h56min. A Presidente passou a palavra a Milson Lopes de Oliveira, que realizou a apresentação da minuta da Resolução e abriu para considerações. Com a palavra, Antonio Resende Fernandes manifestou dúvidas, uma vez que houve uma discussão muito rica, com vários pontos enriquecedores e o documento para análise veio pronto. Salientou que entendia que houve um esforço para levar a comunicação adiante, mas não chegou aonde deveria. Manifestou que muitos detalhes não estariam claros e se absteve em votar. Ana Carla Gujanwski Ferreira declarou que participou de várias reuniões e que o documento começou a ser compilado em vinte de abril dentro do Comitê Gestor da Política Estudantil, o qual possui alunos representantes, indicou que o mesmo não veio pronto, mas foi construído com a representatividade. Salientou que as oportunidades de sugestões foram dadas, só não participou quem não quis. Milson Lopes de Oliveira esclareceu que se tratava de uma minuta, que estava aberta a qualquer sugestão que o Conselho entendesse como relevante, podendo ser desconstruída ou ratificada. Leonardo de Souza Rocha afirmou que estava muito claro que o documento foi escrito baseado nas discussões e na proposta de editais, e que em sua opinião estaria completo. Após ampla discussão, definiu-se: substituir no documento a expressão “Ensino Médio” por “Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio”; no artigo I: Inciso III – substituir a expressão “àqueles alunos que deixem suas residências antes das 6h para pegar o meio de transporte” por “àqueles alunos que residam distante dos locais de acesso ao transporte disponibilizado pelo campus, mediante análise do Comitê Gestor da Política de Assistência Estudantil”; Inciso IV –

substituir o texto por “os estudantes matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Regime de Dependência e na Modalidade PROEJA terão direito somente à isenção integral do valor de uma refeição diária no turno em que possuir aulas regularmente agendadas”; Inciso VIII – incluir “disponibilização pelo Ifes Campus Santa Teresa de rotas de transporte diário aos estudantes previamente cadastrados e em atividade autorizada”; Inciso IX – substituir o texto por “o Auxílio Moradia a estudantes matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Regime de Internato, será concedido sob a forma de alojamento, exclusivamente, àqueles que residirem ou possuem grupo familiar que resida em local que inviabilize o acesso diário ao campus no horário regular das atividades acadêmicas, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso ao transporte”; Inciso X – no início da redação, acrescentar a expressão “em caráter excepcional” e ao final acrescentar o texto “fixando-se como meta a oferta de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas do alojamento a essa categoria de alunos no próximo ano, garantindo-se condições de igualdade de gênero, mediante análise da vulnerabilidade social e obedecida a ordem classificatória via Edital”; incluir um artigo com o seguinte texto: “Em atendimento às disposições legais e, especialmente, à reivindicação da classe discente, deverão ser fomentados espaços de diálogo que garantam a efetiva participação da comunidade escolar, a fim de se realizar a avaliação das Diretrizes da Política Estudantil em vigor e levantar propostas de adequação para o próximo ano letivo, as quais deverão ser apreciadas pelo Conselho de Gestão até o dia primeiro de setembro do ano em curso”. A Presidente colocou a aprovação de diretrizes institucionais referentes à Política de Assistência Estudantil para apreciação e houve dez aprovações, uma abstenção e uma aprovação parcial por parte do membro Jardel Monteiro de Sousa, que declarou discordar dos Incisos V e VI. Considerando o tardar da hora, a Presidente propôs discutir o segundo e terceiro pontos de pauta em uma próxima reunião extraordinária, que ficou definida para o dia seis de junho de dois mil e dezoito, às 15h30min. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Às 18h51min, nada mais havendo a tratar eu, Kiara Antonia Sperandio Pierazzo, lavei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os conselheiros presentes.

Walkyria Barcelos Sperandio
Presidente

Kiara Antonia Sperandio Pierazzo
Secretária

Ana Carla Gujanwski Ferreira

Élcio das Graça Lacerda

Leonardo Silva Moraes

Antonio Resende Fernandes

Hediberto Nei Matiello

Maycon Guedes Cordeiro

Adrielli Ramos Locatelli

Jardel Monteiro de Sousa

Milson Lopes de Oliveira

Charles Moreto

Juliana Mezzomo Flores

Tiago Dalapicola

Edna Nunes da Silva

Leonardo de Souza Rocha